

opinião

opinioao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Cheias no RS

A cidade de Rio Grande, no sul do Estado, já sente os reflexos da elevação da Lagoa dos Patos, que ocorre em virtude do escoamento da água vinda das regiões afetadas pelas enchentes na metade norte gaúcha, como a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Vale do Taquari. Rio Grande é o único complexo portuário operando no Estado. O município, no entanto, prevê a maior cheia da sua história, afetando toda a região das ilhas e dezenas de bairros (**Jornal do Comércio**, 08/05/2024). Por favor, é preciso levar a sério os avisos oficiais! As pessoas devem se organizar para sair de suas casas, erguer o que conseguirem e levar seus animais juntos! (*Simone Soares*)

Cheias no RS II

Há várias mortes em Santa Maria. Parece que a cidade não aprendeu com as tragédias que dizimaram famílias e comoveram toda uma nação, para não dizer o planeta. O que será preciso para que os administradores das coisas públicas aprendam a dar ouvidos à ciência. O que será preciso para ações mais enérgicas, mais voltadas às questões da cidadania? É preciso acordar e fazer alguma coisa antes que seja tarde demais. Precisamos de ações preventivas, voltadas não apenas ao presente, mas olhando para o futuro. Que essa calamidade nos dê força, nos alcance o incentivo de virar a página e buscar um planejamento para os próximos anos, para as próximas décadas. Não é hora de buscar culpados, tampouco de encontrar erros. É chegada a hora de unirmos esforços para construir um futuro melhor. (*Pedro Luís Pinto*)

Solidariedade

Pensando nas pessoas atingidas pelas enchentes da última semana no Rio Grande do Sul, óticas de Porto Alegre criaram ações de doação de armações de óculos (**Site do JC**, GeraçãoE, 08/05/2024). Bonito demais isso! Que a gente guarde esses nomes que estão nos ajudando, pra saber onde comprar depois! (*Mayara Dias*)

Resgates na Capital

A casa de bombas próxima à Rótula das Cuias foi desligada pela CEEE Equatorial na segunda-feira, o que fez a água subir rapidamente nos bairros Cidade Baixa e Menino Deus (**JC**, 07/05/2024). Agradecemos aos voluntários e jipeiros que fizeram tantos resgates, inclusive o nosso! (*Juliana Bortoluzzi*)

IR 2024

Os moradores dos municípios gaúchos afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul ganharão mais três meses para enviarem a declaração do Imposto de Renda (IR). A data passou de 31 de maio para 31 de agosto nas localidades atingidas (**Site do JC**, 07/05/2024). Se a pessoa foi atingida, nem imposto ela deveria pagar. E, se a pessoa tem dinheiro a receber, que pague logo! (*Mia Ferrari*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

A enchente e os primeiros socorros jurídicos

Eduardo Grangeiro

O cenário do Estado é devastador em muitos sentidos. Por isso, é momento de união, solidariedade e enfoque humanitário. Ampliando a lente para a economia, a complexidade também é altíssima. Não apenas empresas, mas também ecossistemas de negócios desapareceram por completo. Sedes administrativas, maquinário, estoques, arquivos: muito se perdeu. Para algumas companhias de abrangência local, seu mercado consumidor sumiu, junto com bairros e cidades inteiras.

Os problemas existem mesmo para aqueles não atingidos diretamente pela força das águas. O RS teve sua infraestrutura severamente abalada, regiões permanecerão logisticamente inviáveis por bom tempo. Não serão poucas as empresas que, se tiverem como produzir, enfrentarão dificuldades para distribuir. É cedo para se estimar quantos negócios encerrarão em definitivo e quantos precisarão de ajuda para prosseguir.

No momento, o mínimo que se espera da União e do Estado é o relaxamento na cobrança de tributos. Dívidas bancárias e com fornecedores também deverão ser flexibilizadas e reorganizadas. Se inexistirem suspensões e revisões espontâneas das obrigações não cumpridas em meio a esse caos, o Judiciário, seguramente, aplicará excepcionalidades legais e recomendadas pela razoabilidade.

Ademais, espera-se o oferecimento de linhas de crédito subsidiadas e facilitadas pelo poder público. Áreas específicas serão movimentadas em grandes

volumes, como construção civil e materiais correlatos. Com a reconstrução de estradas, pontes, prédios e casas, a demanda por bens e mão de obra atrelados a essas essencialidades será intensa. Seguradoras também serão acionadas para além de qualquer previsibilidade. Estamos lidando com o imponderável e suas consequências.

Os “primeiros socorros jurídicos” às empresas devem ser mais voltados à assessoria de inteligência especializada, como suporte à tomada de decisões sensíveis e estratégicas. A busca de provimentos em processos ficará para segundo momento. Gestores de empresas atingidas terão deliberações bastante delicadas pela frente, é preciso reduzir ao máximo as margens para erros. São as decisões acertadas individuais que, somadas, poderão propiciar os maiores ganhos coletivos, salvando vidas como vem ocorrendo e, nos passos seguintes, reconstruindo comunidades, empresas, postos de trabalho, infraestrutura e a esperança de dias mais ensolarados.

Advogado e coordenador da área de Reestruturação de Empresas e Falências do escritório SCA - Scalzilli Althaus

Não só empresas, como ecossistemas de negócios, desapareceram por completo

Máquina do tempo

Valny Giacomelli Sobrinho

“Tempo é dinheiro” – assevera um dos aforismos mais populares da economia. Trata-se, porém, do tempo cronológico, não do meteorológico. Embora não controle nem um nem outro, a ciência econômica esteve, tradicionalmente, muito mais voltada para o primeiro.

Durante sua era clássica, os recursos e serviços da natureza eram considerados gratuitos. Mais adiante, para piorar, as vertentes ditas sociais da economia dissociaram as questões humanas das ambientais. Ideologicamente orientados, os pensadores sociais da economia consideravam as preocupações ambientais um desvio reprovável da luta (de classes) por condições básicas de sobrevivência. Para eles, o meio ambiente seria um “bem de luxo”, cuja demanda aumentava com a renda e cujo interesse se identificava, portanto, com o das classes mais ricas.

Os ventos da mudança só sopraram mais fortes lá pelos anos 1970, depois do colapso em série de várias economias centralizadas e planificadas. O enfraquecimento político-ideológico dessas ex-

periências malsucedidas vislumbrou nos problemas ambientais, que elas tanto mascararam, uma perspectiva de desenterrar a propaganda da planificação econômica. Foi, então, que a agenda verde se tingiu de vermelho, no rastro da propriedade comum dos bens ambientais.

Daí por diante, o ambientalismo corroeu a economia, que, como ciência, já bem antes havia desenvolvido técnicas quantitativas para internalizar custos e benefícios externos ao mercado. Tal corrosão não só desfavoreceu a difusão das técnicas oferecidas pela economia ambiental, como também cristalizou o descaso da economia convencional com os riscos climáticos, que sempre existiram. Por conseguinte, as perdas econômicas causadas por eventos climáticos ficaram, em boa medida, fora do cálculo dos custos dos investimentos, inclusive dos investimentos públicos e privados em infraestrutura (pontes; estradas; redes de esgoto, eletricidade e comunicação; reservatórios d’água etc).

Rígida e mal-adaptada, a infraestrutura dominante oferece baixa resistência aos espasmos do clima. Não obstante, como os custos climáticos são subestimados, o mercado acaba favorecendo os investimentos mais vulneráveis, enganosamente mais baratos. Então, à medida que os custos verdadeiros começam a elevar-se dos escombros deixados pelas catástrofes, percebe-se que o tempo do dinheiro se mede mais pelo céu que pelo relógio.

Economista ambiental



Porto de Rio Grande é o único em operação no RS
Terminal de Petróleo interrompeu movimentação de toras que alimentam a planta de celulose da CMPC, em Guabiju